



UC/FPCE_2017

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Luso-tropicalismo associado ao racismo: um estudo da discriminação no local de trabalho com trabalhadores portugueses

Catarina Vilela de Sá (e-mail: catevilelasa@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações, do Trabalho e dos Recursos Humanos sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pires Valentim

Luso-tropicalismo associado ao racismo: um estudo sobre a discriminação no local de trabalho com trabalhadores portugueses.

Resumo

Este estudo analisa a relação entre as representações do luso-tropicalismo e a percepção de racismo presente na sociedade portuguesa, e de que forma é que estas representações se associam à percepção de discriminação no local de trabalho. Utilizando uma amostra de 169 trabalhadores portugueses, os resultados obtidos, através de questionários autoadministrados, revelam alguma concordância com as ideias luso-tropicalistas. No entanto, os resultados não corroboram a associação do luso-tropicalismo à prevalência de uma norma anti-racista para com os imigrantes em Portugal.

Do conjunto de resultados encontrados na presente investigação, é possível constatar que os participantes não percebem de forma negativa a presença de imigrantes no mercado de trabalho português, sugerindo uma tendência para se relacionarem de forma harmoniosa com os imigrantes.

Palavras-chave: Luso-tropicalismo, racismo, discriminação no local de trabalho.

Lusotropicalism associated to racism: a study about the discrimination at the workplace with portuguese workers.

Abstract

This study analyses the relation between Lusotropicalism representations and racism perception in Portuguese society, and how these representations are associated with the perception of discrimination in the workplace. Using a cohort of 169 Portuguese workers, the results obtained, through self-administered questionnaires, show some agreement with the Lusotropicalism ideas. However, the results do not corroborate the association of Lusotropicalism with the prevalence of an anti-racist norm towards immigrants in Portugal. The results of the present research show that the participants do not perceive in a negative way the presence of immigrants in the Portuguese work market, suggesting a tendency to relate harmoniously with the immigrants.

Key-words: Lusotropicalism, racism, discrimination in workplace.

Agradecimentos

Porque a gratidão é uma das maiores virtudes do ser humano, acredito que aqueles que me acompanharam nesta etapa da minha vida fizeram e fazem toda a diferença.

Ao Professor Doutor Joaquim Pires Valentim, com quem tive a honra de trabalhar, pela prontidão, empenho e dedicação a este trabalho, por ter tido a calma e a positividade sempre na linha da frente.

À Sofia Oliveira, colega de mestrado, pelo seu companheirismo e simpatia que tornaram os dias mais animados.

À minha madrinha Mariana Ambrósio, por ser uma inspiração de mulher e uma menina de sonhos. Contigo também voei e cresci.

À Rute, amiga do coração que me devolveu o calor de um lar quando a distância ditava a saudade de casa. Levo-te comigo pelo valor que a nossa amizade conhece.

À Maria João, à Cristiana Pinho e à Juliana Gonzalez, por serem pessoas únicas e doces que fizeram parte desta aventura.

À Vanessa e à Patrícia por tudo o que representam na minha vida.

Ao Pedro Vítor, pelo ser genuíno e autêntico que é. A ti, pelo que a vida sabe inteirar.

À minha avó Teresa, que alimenta os meus sonhos e me faz ser por completo. Ao meu avô Manuel, que apesar de não estar fisicamente presente, nunca o deixará de estar no meu coração.

Aos meus pais, Eugénia e Luís, por construírem o melhor de mim e para mim.

Ao meu irmão, Daniel, pelas palavras certas que ficam.

E aos meus restantes familiares, pelo amor e partilha que fazem da minha vida valer a pena.

Índice	
Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	2
Luso-tropicalismo	2
Racismo	4
Racismo em Portugal	7
Discriminação no local de trabalho	8
II - Objectivos	11
III - Metodologia	12
3.1 Desenho da investigação	12
3.2. Amostra e recolha de dados	12
3.3. Medidas	13
3.3.1. Escala de Luso-tropicalismo	13
3.3.2. Escala de Racismo Flagrante e Racismo Subtil	13
3.3.3. Escala de Discriminação no Local de Trabalho	14
3.4. Procedimentos de investigação adotados	14
IV - Resultados	15
4.1. Análises Fatoriais Exploratórias em Componentes Principais	15
4.1.1. Luso-tropicalismo	15
4.1.2. Racismo flagrante	18
4.1.3 Racismo Subtil	20
4.2. Estudo das relações entre as variáveis	24
4.2.1. Escala de Luso-tropicalismo e Escala de Racismo flagrante e subtil	24
4.2.2. Escala de Racismo Flagrante e Escala de Racismo Subtil	25
4.2.3. Escala de Discriminação no Local de Trabalho e Escala Luso-tropicalismo	25
V – Discussão	26
VI - Conclusões	29
Bibliografia	30

Introdução

A cultura de um país continua, nos dias atuais, a representar um indicador de diferenciação entre povos. É no decorrer de trocas de vivências culturais que se funda a identidade de uma sociedade e se alinham os valores pela qual ela se rege. A mistura de culturas, a integração de grupos étnicos e a adaptação das novas transformações, cada vez mais, levantam questões sensíveis de caráter económico, político, social e, psicossocial. É em torno do contexto social que se pretende compreender algumas fragilidades das sociedades que tendem a ser subvalorizadas, como as crenças e atitudes racistas.

Perante uma sociedade associada a um modo de estar e de ser pacífico e benevolente para com os povos lusófonos, é objetivo da presente dissertação analisar as repercussões contemporâneas do luso-tropicalismo. Esta suposta forma que a distingue e individualiza no conjunto da humanidade, tem sido alvo de várias explicações e avaliações sobre as suas implicações sociais (e.g., Alexandre, 1999; Castelo, 2011; Valentim, 2003).

A ideologia luso-tropicalista salienta a ligação histórica e cultural entre os portugueses e os trópicos e, por isso, o seu discurso enfatiza a suposta imunidade dos portugueses em relação a crenças e atitudes racistas. Neste sentido, o racismo tem sido bastante estudado (e.g., Allport, 1954; Machado, 2001; Pettrigrew & Meertens, 1995; Vala, 1999), sendo definido como uma configuração multidimensional que comporta crenças, emoções e comportamentos discriminatórios face a indivíduos de um exogrupo, sendo estas manifestações despoletadas simplesmente pela pertença desses indivíduos ao exogrupo (Vala, Brito & Lopes, 2015). O luso-tropicalismo tem sido relacionado com diversos conceitos, como a imigração, as atitudes face aos imigrantes e o racismo.

É à luz do racismo, mais especificamente das novas formas de racismo, que a dissertação procura perceber e explorar a expressão de manifestações racistas dos portugueses, e uma mais clara compreensão da relação entre o racismo e o luso-tropicalismo, tendo por base os estudos de Vala, Brito e Lopes (1999). Os autores afirmam que, tal como nalguns países europeus (Reino Unido, Holanda, França e Alemanha), também Portugal expressa comportamentos racistas subtis, mais normativos e de contornos culturalistas. Na atualidade, o racismo expressa-se pela negação do reconhecimento da singularidade do outro (Cunha, 2000), na medida em que para o exogrupo, os membros de grupos minoritários tornam-se invisíveis enquanto indivíduos, mas extremadamente visíveis enquanto grupo.

Diante de inúmeras transformações que caracterizam o mundo atual das empresas, no qual a globalização e o acréscimo do fluxo de imigração, se dá de forma célere, faz com que haja a necessidade de responder aos problemas e desafios que decorrem do contexto laboral. É neste cenário que, as categorias minoritárias, tais como os imigrantes têm sido confrontadas com manifestações, predominantemente, negativas por parte de indivíduos que pertencem a outras categorias sociais. Assim, as minorias parecem ter dificuldade de se integrar e relacionar com os portugueses no mundo do trabalho. Aigner e Cain, (1977),

argumentam que os atos de discriminação derivam de características atribuídas ao grupo discriminado e não das capacidades de trabalho de cada indivíduo. Face a esta realidade, é relevante para a dissertação, compreender atitudes e comportamentos discriminatórios no local de trabalho, tendo como mais-valia ter sido desenvolvida em contextos empresariais.

A fim de cumprir os propósitos enunciados, esta dissertação comporta duas partes cruciais. Sendo assim, a primeira aborda um enquadramento concetual centrado na contextualização teórica da ideologia luso-tropicalista, do racismo e, ainda, mais concretamente, do racismo em Portugal e da discriminação no local de trabalho, partindo da perspetiva de vários autores (e.g. Gondim et al., 2013; Valentim, 2015; Vala, Brito & Lopes, 1999). Contém, ainda, os objetivos propostos para o estudo. Por sua vez, a segunda parte apresenta os aspetos da metodologia, os resultados, a discussão destes e, por último, uma curta conclusão.

I – Enquadramento conceptual

Luso-tropicalismo

A ideia de luso-tropicalismo surge pela primeira vez em 1933 pelo sociólogo Gilberto Freyre, quando publica a obra *Casa Grande & Senzala*, proporcionando maior expressão aos principais fundamentos desta ideologia. Não obstante, o conceito em si emerge apenas mais tarde quando Freyre realiza conferências em Goa e em Coimbra no início da década de 50. Sendo assim, o luso-tropicalismo seria uma “suposta atitude especial dos portugueses com a miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos, o que levaria à criação de algo novo e específico: sociedades multirraciais e harmoniosamente integradas” (Valentim, 2003, p. 75). Nesta linha de pensamento, o luso-tropicalismo é encarado como uma característica específica dos portugueses, um traço da “personalidade portuguesa” ou, tal como, a psicologia social e a antropologia designavam por “caráter nacional” (Valentim, 2011).

Numa época em que o racismo se difunde nos Estados Unidos da América, na Alemanha, e, no Brasil, a “mistura de raças” é considerada uma das causas principais da deterioração do povo brasileiro (Castelo, 2011). Fruto do advento do luso-tropicalismo, o sociólogo valoriza e encara a mestiçagem como um processo positivo de criação do tipo ideal de civilização moderna para os trópicos.

Neste sentido, Freyre (1933) afirma que os portugueses possuem três características determinantes de adaptação aos trópicos. A mobilidade - característica herdada dos judeus na formação da nação portuguesa, explica a facilidade do povo luso de se espalhar por diferentes países de culturas diversificadas e a aptidão para conviver de forma pacífica com esses povos. A miscibilidade ou miscigenação - processo pelo qual os portugueses procuraram colmatar o défice de capital humano para a colonização em larga escala, salienta a capacidade dos portugueses de se relacionarem sexualmente com outras pessoas sem expressar qualquer preconceito racial. E a aclimatabilidade - condição do solo e do clima propício para o português se aclimatar ao mundo

tropical, dado o clima africano se aproximar ao de Portugal constituindo, então, vantagem na conquista de terras e no domínio de povos tropicais. Desta forma, o luso-tropicalismo funciona como uma singularidade e bondade únicas dos portugueses para as relações coloniais, na medida em que Portugal se caracteriza por ser “uma nação una, multirracial e multicontinental” (Valentim, 2003, p.84).

Neste contexto, Freyre (1933) enfatiza a plasticidade intrínseca e aptidão dos portugueses para a miscigenação, bem como a ausência de orgulho racial resultante das relações coloniais. Dito de outra forma, o luso-tropicalismo confere aos portugueses uma suposta imunidade contra o racismo, onde a colonização portuguesa facilitaria a interpenetração cultural e étnica entre portugueses e povos dos trópicos (Alexandre, 1999).

Com efeito, a receção da ideologia luso-tropicalista em Portugal divide-se em dois momentos distintos. O primeiro, situado entre 1930 e 1940, assenta na pouca receptividade das concepções de Freyre no campo político, e o segundo, nos anos 50, marca a aceitação destas concepções pelo Estado Novo, que as utiliza no discurso oficial do regime para propaganda política (Alexandre, 1999).

Nos anos 30 e 40, o Estado Novo rejeita o pensamento de Freyre por valorizar a mestiçagem cultural e biológica. Nesta altura, o “renascimento do império” centrado em ideias raciais demasiado enraizadas impedia o elogio ao mestiço e a aceitação da visão de Freyre, uma vez que o mestiço é considerado ser inferior e resultante de um processo com resultados desprezíveis - a mestiçagem (Alexandre, 1999; Castelo, 1998, *in* Valentim, 2005). Ainda, no campo político português, Vicente Ferreira, procurador da Câmara Corporativa em 1935, opôs-se à obra de Gilberto Freyre por considerá-la pouco científica e por defender a mestiçagem, pois valoriza a raça portuguesa dentro de uma lógica de ideário do Império (Cabral, 2010).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a pressão externa pela independência das colónias portuguesas em África, a doutrina luso-tropicalista foi apropriada pelo regime ditatorial salazarista. Salazar pretende realçar a ausência de racismo do povo português e a sua coexistência pacífica com os trópicos (Valentim, 2003), aproveitando-se do prestígio internacional de Gilberto Freyre. Desta maneira, em Outubro de 1951, Freyre recebe o convite oficial do ministro do Ultramar português, Sarmento Rodrigues para conhecer as colónias lusas (Medina, 2000). Essas mudanças proporcionam um discurso político diferente, conferindo legitimidade à manutenção do *status quo* nas colónias portuguesas. Na década de 60, as teses de Freyre, porque associadas ao nacionalismo e manipuladas pelo campo político, dissipam-se através da propaganda do Estado Novo, abrangendo o campo académico e científico, principalmente, a Antropologia, a Geografia, a Ciência Política e a Psicologia Social (Valentim, 2005).

A propósito da difusão da ideologia gilbertiana, também alguns opositores acabam por tecer certas críticas. Torna-se crucial abordar um deles, Mário Pinto de Andrade - fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), foi o primeiro a afirmar que a doutrina luso-tropicalista advém de uma base prática que parece não sustentar a base teórica, alicerçada em formulações vagas e generalizações, e onde os aspetos políticos e económicos

do colonialismo são postos de parte. Por seu turno, Pinto de Andrade acrescenta que não existiu reciprocidade cultural entre os portugueses e os povos tropicais colonizados (Castelo, 2011).

Na mesma linha de pensamento, é de interesse expor a forte oposição de Charles Boxer. O historiador britânico revela no seu livro *Relações Raciais no Império Colonial Português* que as relações raciais decorrentes da colonização lusa não traduziram a integração harmoniosa que era de esperar segundo os pressupostos do luso-tropicalismo. Os estudos mais recentes sobre o período colonial têm vindo a amplificar a visão de Boxer, remetendo o luso-tropicalismo para a mitologia (Castelo, 2011). De facto, o processo de colonização portuguesa, a par das demais que ocorreram nesse período, germinou tensões e conflitos, produziu crenças e atitudes mais ou menos explícitas de racismo e fomentou a discriminação (Castelo, 2007).

Apesar das controvérsias existentes, nota-se uma singular permanência das referências luso-tropicalistas. A proximidade das teses de Gilberto Freyre a algumas das ideias centrais do nacionalismo português (a capacidade colonizadora, a aptidão para se relacionar de forma harmoniosa com os povos de raças diferentes, a missão civilizadora da nação portuguesa) (Alexandre, 1999) justifica a disseminação das conceções do luso-tropicalismo no senso comum.

O luso-tropicalismo baseia-se na existência de um traço cultural específico dos portugueses e proveniente do processo de colonização. Este traço trata-se, no fundo, da capacidade dos portugueses de conviver com indivíduos percecionados como diferentes e que, em certa medida, nos dias atuais, parece exercer algum impacto positivo nas relações existentes entre portugueses e imigrantes na sociedade portuguesa (Vala, Lopes & Lima, 2008).

Racismo

A diferenciação entre o *nós* e os *outros* é uma constante na história das sociedades humanas (Cabecinhas, 2007). No fundo, esta distinção implica tomar consciência de uma diferença que, a um dado momento, pode provocar reações e avaliações negativas. O processo de diferenciação funde-se em características reais ou imaginárias associadas a determinado grupo e, de modo geral, generalizadas a todos os membros que o compõem, sofrendo ajustes de acordo com o período histórico e com as normas sociais (Machado, 2000).

O conceito de “raça” e a diferenciação baseada nas características biológicas foi sendo substituído pela amplificação das diferenças culturais enquanto justificação legítima da desigualdade entre categorias de pessoas (Cabecinhas, 2007; Machado, 2000; Marques, 2000). Assim, ao processo de racialização, isto é, a mudança da perceção das diferenças entre os indivíduos a partir das características físicas ou raciais para características comportamentais e culturais, sucede-se o processo de etnicização que se observa nos grupos minoritários e não nos dominantes, pelo que, assim sendo, trata-se de um processo de naturalização da diferença (Vala, Brito & Lopes, 1999).

Para Allport (1954), o preconceito é definido como uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente por pertencer a um grupo desvalorizado socialmente. Ao contrário, o racismo pode ser entendido como uma

manifestação do preconceito negativo relativamente a uma categoria social racializada (Vala, Brito & Lopes, 2015).

Muitos autores, desde cedo, pensam no racismo, na medida em que apontam a sua existência, em meados do século XVIII, no decorrer de uma época demarcada pela reflexão científica da espécie humana (Wieviorka, 1992/1995 *in* Cabeinhas, 2007). De facto, a segunda metade do século XX, após o genocídio de milhões de judeus e ciganos em prol da superioridade racial, despoletou a descrença no “racismo científico”, pelo que, assim sendo, passou a ser classificado de “pseudo-científico” (Cabeinhas, 2007). Contudo, o interesse por uma clara compreensão do racismo nas sociedades, passa por compreender e analisar as suas novas formas de expressão, pois este construto complexificou-se.

O novo olhar sobre o racismo, demonstra que as leis que proíbem a expressão de comportamentos racistas implicam o recurso a estratégias ideológicas por parte dos grupos majoritários, disseminando a expressão mais encoberta de manifestações racistas (Pereira, Torres & Almeida, 2003). Esta expressão mais encoberta de racismo explica a diminuição da expressão de manifestações tradicionais de racismo (Vala, Brito & Lopes, 1999).

As novas manifestações do racismo acarretam a procura pela defesa da especificidade cultural de cada grupo, bem como a luta pelo direito da identidade própria (Cunha, 2000). Assim sendo, é relativamente consensual que o racismo tem sofrido várias metamorfoses, pelo que, a fim de compreendermos melhor o racismo, é fundamental debruçarmo-nos, ainda que de forma sucinta, sobre as mesmas.

Frente a uma diversidade de correntes, McConahay e Hough (McConahay, 1983) propõem a teoria do racismo moderno ou do racismo simbólico, que diz respeito à resistência de mudança no *status quo* das relações raciais nos EUA. Posto isto, os negros (americanos) representam uma ameaça económica ou simbólica para os americanos (brancos), suscitando crenças de que os negros violam os valores tradicionais americanos (como a obediência, a ética do trabalho, a disciplina e o sucesso). Sears (Kinder & Sears, 1981) argumenta que a ameaça aos valores culturais explica o novo racismo, ao invés dos conflitos de interesses económicos.

O racismo ambivalente (Katz & Hass, 1988; Vala, 1999) aponta para a valorização da democracia e do igualitarismo e, por outro lado, para o individualismo centrado na liberdade pessoal, na autoconfiança, na devoção ao trabalho e na realização. Estas duas posições podem conduzir a sentimentos e atitudes ambivalentes para com os negros. Logo, aqueles que aderem aos valores de igualdade podem sentir simpatia pelos negros. Em contrapartida, aqueles que optam por seguir valores individualistas, identificam os negros como sendo desviantes, originando sentimentos e atitudes negativas.

De acordo com Dovidio e Gaertner (2000), os sujeitos que se regem por valores igualitários e apoiam as políticas sociais em favor dos negros expressam racismo aversivo. Perante contextos de interação procuram encontrar uma justificação que não seja definida socialmente como racista para um comportamento racista (Vala, Brito & Lopes, 2015).

A teoria do racismo flagrante e subtil desenvolvida por Pettigrew e

Meertens (1995), tornou-se uma das correntes de referência sobre as novas expressões de racismo nas sociedades europeias e, como tal, a fim de compreendermos melhor o estudo de Jorge Vala e os seus colaboradores (Vala, 1999), é fundamental mencionarmos alguns aspectos centrais desta teoria.

Pettigrew e Meertens (1995) desenvolveram um estudo a respeito do Eurobarómetro de 1988, no qual procuraram a partir de amostras representativas de quatro países europeus, levantar perceções sobre diferentes grupos minoritários: os grupos-alvo da Inglaterra foram os “antilhanos” e os “asiáticos”; em França os “norte-africanos” e os “asiáticos”; os “surinameses” e os “turcos” na Holanda. Neste sentido, o estudo permitiu identificar dois fatores correlacionados, sendo o racismo flagrante e o racismo subtil.

Segundo Pettigrew e Meertens (1995), o racismo subtil é frio, distante e indireto, podendo ser expresso sob formas socialmente desejáveis, sem que as pessoas possam detetar que estão a discriminar. Por sua vez, o racismo flagrante é quente, próximo e direto, correspondendo a expressões explícitas de racismo. O racismo flagrante encontra-se relacionado com a diferenciação no plano biológico (racialização) enquanto o racismo subtil está associado à diferenciação no plano cultural (etnicização) (Cabecinhas, 2007).

De acordo com Pettigrew e Meertens (1995), o racismo flagrante comporta duas dimensões, sendo a primeira a ameaça e rejeição do exogrupo e a segunda a rejeição de intimidade. Deste modo, a ameaça e rejeição do exogrupo assenta na crença de inferioridade genética do exogrupo e encara esta crença como a explicação da desvantagem desse grupo na sociedade, negando a existência de discriminação. A rejeição de intimidade reflete-se numa barreira emocional contra qualquer contacto sexual intergrupar. Ainda, esta dimensão explica que quando o trabalho se encontra sob a supervisão de um membro do exogrupo este poder é rejeitado.

O racismo subtil integra três dimensões, a defesa dos valores tradicionais, a acentuação das diferenças culturais e, por último, a negação de emoções negativas. Quando os membros do exogrupo agem de maneira inaceitável quebrando os valores tradicionais, são vistos como indivíduos que por não cumprirem esses valores também não se comportam de forma a obter sucesso. A acentuação das diferenças culturais, através da estereotipagem explica que os membros do endogrupo consideram as diferenças culturais como desvantagem dos membros do exogrupo, ao invés da inferioridade genética, como acontecia no passado. É no decorrer das relações entre os grupos que, os indivíduos do endogrupo rejeitam respostas emocionais positivas em relação aos membros do exogrupo. Por outras palavras, negam sentimentos positivos mas não evocam emoções negativas em relação ao exogrupo.

As sociedades ocidentais desenvolveram, após a Segunda Guerra Mundial, uma norma social contra as crenças e os comportamentos racistas tradicionais, podendo a relação dos indivíduos com a norma ser manifesta a partir de três posições distintas, sendo elas, a rejeição, a aceitação ou a internalização da nova norma. Os indivíduos que a rejeitam exprimem manifestações de racismo mais flagrantes sem qualquer constrangimento ou inibição. A aceitação ou a posição conformista com a nova norma supõe uma adoção instrumental, com o intuito de evitar qualquer punição ou receber

alguma recompensa. Por sua vez, a internalização da norma surge quando há uma congruência entre ela e o sistema de valores igualitários do indivíduo e, portanto, não só rejeitam o racismo tradicional como rejeitam as novas manifestações do racismo. Dito de outra forma, o racismo flagrante é anti-normativo, a aceitação da norma corresponde ao racismo subtil e, por fim, os que internalizam a norma demonstram uma adesão pelo igualitarismo (Vala, Brito & Lopes, 2015).

Racismo em Portugal

A partir do século XIV, surgem as primeiras referências ao negro em Portugal. Antes da II Guerra Mundial, a imagem do negro é associada ao de *selvagem* porém, mais tarde, emerge a de negro *assimilado*, acompanhando as mudanças a nível internacional na conceção das diferenças raciais. No pós-guerra, acentua-se uma imagem positiva do negro, ainda que só expressa pela submissão e fidelidade face ao branco, devido à aceitação dos valores da “civilização”. Podemos, então, considerar que o negro surge sempre como ser “dominado” (Cunha, 1994).

A procura de emprego e melhores condições sócio-económicas são causas suficientes para imigrar. Assim sendo, o fenómeno de imigração torna-se central quando pretendemos abordar crenças e comportamentos racistas. A partir do século XX, Portugal passou a ser, essencialmente, um país de imigração. Após o 25 de Abril de 1974, a primeira vaga de imigrantes foram os africanos provenientes das ex-colónias, bem como o regresso de portugueses que aí residiam. No entanto, foi durante os anos 80, que se assistiu a um grande aumento deste fenómeno por razões económicas (Machado, 1994).

A par deste fenómeno, como atrás mencionado, a necessidade de se analisar crenças e comportamentos de índole racista despoletou a necessidade de realização de vários estudos em Portugal sobre esta temática (e.g., Machado, 2000; Vala, 1999; Valentim, 2003) e, é de interesse para o nosso trabalho mencionarmos o modelo utilizado por Jorge Vala e os seus colaboradores (1999).

Os resultados do estudo baseiam-se em dados recolhidos através de um questionário destinado a uma amostra representativa de 600 indivíduos, com idades entre os 18 e os 64 anos, residentes em Lisboa e em 15 freguesias limítrofes - concelhos de Amadora, Loures e Oeiras. As questões incidiram sobre a dicotomização entre a categoria endogrupal (os portugueses) e a categoria exogrupal (os negros residentes em Portugal) (Vala, 1999).

O modelo proposto enfatiza a perceção de diferenças culturais enquanto avaliação negativa da diferença, e portanto, quanto maior a diferença percebida entre brancos e negros, maior a tendência para a discriminação dos negros, quer em políticas e direitos sociais, quer em políticas de cidadania dos imigrantes negros (Vala & Lima, 2002). Ainda, o modelo parte da hipótese de que o pensamento do senso comum acompanha as mudanças nos domínios científico e político, logo, remete para explicações biológicas do comportamento, em vez de explicações culturais (Marques, 2005).

De acordo com os resultados, a organização das crenças racistas é semelhante em Portugal e nos restantes países europeus que realizaram o estudo a partir do mesmo modelo teórico (Reino Unido, Holanda, França e Alemanha).

Os portugueses procuram agir em conformidade com a norma anti-racista, através de justificações ou racionalizações que não sejam socialmente definidas como racistas perante comportamentos e atitudes racistas (Vala, Brito & Lopes, 1999), salvaguardando os seus valores de igualdade e, certamente, a sua imagem pública. Isto é, o racismo flagrante, mais explícito e biologizante, parece ter perdido expressão por um racismo encoberto, mais normativo e de contornos culturalistas (Marques, 2005). Assim, os resultados também referem que as três posições-tipo (racismo flagrante, racismo subtil e igualitarismo) geram atitudes distintas, a respeito das políticas de repatriamento (Vala, 1999).

Discriminação no local de trabalho

Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2015), desde 2010 que a população estrangeira residente em Portugal tem vindo a diminuir (menos 1,6% em 2015), correspondendo a um total de 388.731 cidadãos estrangeiros com autorização de residência. Por outro lado, assiste-se a um aumento na concessão de novos títulos de residência (mais 7,3% resultando em 37.851 novos residentes), mantendo a atratividade de Portugal como destino de imigração. Face à problemática da imigração, as categorias minoritárias têm sido alvo de discriminação em vários domínios, nomeadamente, no do trabalho.

Apesar da infinidade de definições de discriminação, Cabecinhas (2007) destacou aspetos comuns entre elas, nomeadamente o facto da discriminação se referir a perceções, avaliações ou comportamentos que resultem numa desvantagem para o grupo-alvo, isto é, que possam causar prejuízo ao outro. Como refere a autora, Lewin (1948/1997) pressupõe que a discriminação envolva todos os membros do grupo, pelo que as características individuais e a centralidade da pertença ao grupo não são tidas em conta.

Tajfel (1983) refere uma ligação entre os comportamentos discriminatórios e os estereótipos. Entenda-se estereótipo como um processo que decorre da forma como processamos a informação, correspondendo a imagens mentais enviesadas sobre a realidade e o indivíduo (Lippmann, 1922/1961). Os estereótipos ao permitem a manutenção do sistema de valores de um indivíduo, bem como o *status quo*, dificilmente se alteram a partir de informação incongruente com os mesmos. Por sua vez, Tajfel (1983) propõe o estereótipo social enquanto representação subjetiva e socialmente partilhada, em relação às características e aos comportamentos de determinados grupos, sedimentados a partir de critérios socialmente valorizados, constituindo influência nas relações intergrupais. A difusão dos estereótipos sociais reflete a formação do auto-conceito dos membros dos grupos sociais e a difusão da posição relativa desses grupos a outros grupos de relevo (Cabecinhas, 2002).

O contributo da teoria da categorização social, da teoria da identidade social e da teoria da comparação social permite explicar comportamentos e atitudes predominantemente negativas, no que concerne à presença de imigrantes no local de trabalho.

No que toca especificamente às relações intergrupais, Tajfel e Turner (1979) consideram que a categorização social explica a discriminação intergrupar, independentemente dos interesses grupais incompatíveis. A categorização social emerge como facilitador da identificação do indivíduo enquanto membro de um grupo, devido à partilha de características comuns

(Smith & Mackie, 1997). Desta forma, a categorização social é um processo rápido, automático e inconsciente (Reskin, 2000) e, que se encontra associado ao domínio dos grupos sociais. A divisão em categorias incide nas características biológicas, como por exemplo, a cor da pele, o sexo e as deficiências. Não obstante, esta divisão também se encontra associada às posições sociais ocupadas pelos indivíduos e, que estão diretamente ligadas ao estatuto, ao prestígio e ao poder (Valentim, 2008). Portanto, o próprio processo de categorização social resulta, em certa medida, numa manifestação de discriminação entre os grupos (Valentim, 2008).

Tajfel e Turner (1979) desenvolveram a teoria da identidade social que corresponde ao reconhecimento de pertença a um grupo ou categoria social, abarcando o significado emocional e avaliativo inerente a essa pertença. A identidade social evidencia como cada indivíduo se sente enquanto elemento do endogrupo e como se relaciona com os membros quer do endogrupo quer do exogrupo. De acordo com a teoria da identidade social, os indivíduos procuram manter a sua identidade social positiva, com o intuito de promover uma auto-estima positiva. Como tal, quanto maior a identificação com um grupo, maior a atribuição de aspetos positivos a esse grupo, comparativamente, ao exogrupo (Gondim, et. al., 2013). De acordo com a teoria da identidade social, o auto-conceito abarca uma identidade pessoal que inclui características idiossincráticas, como por exemplo, atributos físicos, capacidades, traços psicológicos, e uma identidade social que compreende características inerentes ao grupo. Sendo assim, a identificação social reflete a perceção do indivíduo enquanto unidade ou a perceção do indivíduo como membro de um grupo (Ashforth & Mael, 1989).

Na ótica de Tajfel (1982), só é possível atribuir características positivas ao grupo de pertença quando comparado com os outros grupos. Nesta lógica, o autor considera que existem critérios internos e externos que moldam a forma como o grupo é percecionado. Os primeiros são construídos pelos indivíduos que se sentem como membros do grupo, através da auto-identificação. Por outro lado, os critérios externos delineados por membros exteriores ao grupo formulam critérios a partir do senso comum exterior (Tajfel, 1978, *in* Cabecinhas, 2007).

Neste contexto, Festinger (1954) desenvolveu a teoria da comparação social. A teoria aponta para a necessidade de auto-avaliação do indivíduo comparativamente com outros indivíduos considerados semelhantes ou superiores. Esta comparação social postula que a tendência para a comparação com os outros acontece a um nível interindividual e não intergrupar como se verifica na teoria da identidade social (Cabecinhas, 2007).

A recusa à entrada de imigrantes no país é suportada pela ideia de que estes têm uma nacionalidade diferente da categoria de cidadão nacional, sendo que, a principal razão para a recusa, é a perceção de que o imigrante não pertence a uma categoria pertinente, isto é, não é “cidadão nacional” (Pereira & Vala, 2010). A literatura aponta que a oposição à entrada de imigrantes tem sido legitimada pela perceção de ameaça realista, na medida em que os imigrantes são vistos como uma ameaça ao poder, prestígio, trabalho, bem-estar físico e material do endogrupo, e não tanto pela perceção de ameaça simbólica que, por

sua vez, considera os imigrantes como uma ameaça aos valores culturais que estratificam o endogrupo (Pereira & Vala, 2010).

No âmbito das atitudes intergrupais negativas, a teoria da ameaça integrada propõe que este tipo de atitudes resulta da perceção de ameaça que o outro representa para si. A teoria aponta para quatro tipos de ameaça que explicam o racismo e discriminação, sendo a ameaça realística, a ameaça simbólica, os estereótipos negativos e a ansiedade intergrupai. Deste modo, a ameaça realística ocorre quando o conflito se dá por recursos escassos. Por outro lado, a ameaça simbólica corresponde a diferenças percecionadas entre os grupos no que diz respeito aos valores, crenças e normas. Os estereótipos negativos estão na origem de expectativas negativas que se criam a partir das interações intergrupais. Por último, a ansiedade intergrupai é gerada pelo contacto com membros de outros grupos (Gondim et. al., 2013). Vala, Pereira e Ramos (2006), argumentam que a ameaça realista e simbólica são utilizadas para legitimarem e justificarem atitudes e comportamentos discriminatórios contra imigrantes porque a ideia de hierarquia do pensamento racista está implícita.

Os estudos de Sherif, por se situarem ao nível de análise situacional, debruçam-se na interacção entre indivíduos de grupos distintos mas não necessariamente de posições diferentes no sistema social (Cabecinhas, 2002).

Desta maneira, Sherif e os seus colaboradores realizaram uma experiência, denominada de “Robbers Cave”, com rapazes num acampamento de Verão, sendo composta por várias fases (Valentim, 2010). Numa primeira fase, analisaram as interações espontâneas e naturais entre dois grupos de rapazes, em que ambos ignoravam a existência um do outro. A partir desta fase, foi possível observar a criação de normas e estabelecimento de uma hierarquia dentro dos grupos. Numa segunda fase, foi solicitada a realização de tarefas competitivas para que os grupos pudessem estar em mais contacto. Esta fase despoletou a formação de estereótipos e comportamentos hostis entre os grupos. Na terceira fase, com o intuito de diminuir a tensão entre os grupos, estes foram solicitados a desempenhar tarefas não competitivas em conjunto. Contudo, observou-se que a hostilidade entre os dois grupos manteve-se. Por fim, os grupos foram colocados perante várias situações problemáticas que requeriam a interação e cooperação de todos os membros de ambos os grupos, na medida em que os esforços conjuntos para atingir objetivos supra-ordenados resultariam na diminuição de hostilidade (Cabecinhas, 2002).

É neste seguimento, que a teoria dos conflitos reais proposta por Sherif demonstra que perante a partilha de um objetivo comum entre os grupos, estes estabelecem uma relação de cooperação harmoniosa, permitindo que o antagonismo diminua e as representações do outro grupo sejam mais favoráveis. Ao contrário, a perceção do endogrupo acerca da concorrência direta do exogrupo no que respeita a recursos limitados e de elevado valor social, como o poder, o prestígio e o trabalho, conduz a comportamentos hostis (Valentim, 2010), aumentando a discriminação. As pessoas só sentem que os imigrantes constituem uma ameaça no trabalho quando percecionam que estes têm capacidades e aptidões semelhantes às suas (Zárte et al., 2004). É de salientar, que a competição intergrupai resulta da coesão e cooperação intragrupal, pois os

conflitos de interesses entre o endogrupo e o exogrupo proporcionam relações intergrupais incompatíveis e, inversamente, a identificação e aproximação com o endogrupo (Cabecinhas, 2007). Posto isto, as manifestações predominantemente negativas só acontecem quando se trata de questões relevantes da vida dos grupos (Costa-Lopes, Vala, Pereira & Aguiar, 2008).

Relativamente à discriminação salarial, é comumente observado que os imigrantes recebem menos à chegada do que os trabalhadores nativos. Em termos de cargos profissionais menos qualificados, os imigrantes ocupam sobretudo uma mão-de-obra barata que resulta na redução dos salários (Peixoto, 2008). Perante esta situação, assiste-se a uma menor relação inter-étnica dos imigrantes, em parte devido à ocupação de cargos associados à insegurança e precariedade (Machado, 2001). No que concerne ao acesso ao mercado de trabalho, a discriminação face a minorias étnicas desencadeia a acentuação das diferenças sociais existentes (Machado, 2001).

A discriminação contra trabalhadores pertencentes a uma minoria étnica quase sempre é explicada por alguma característica do grupo que não esteja associada de forma direta às suas capacidades de trabalho (Aigner & Cain, 1977). De facto, alguns comportamentos discriminatórios advêm de ações intencionais de indivíduos com o intuito de manter o seu *status* e aumentar os seus privilégios (Reskin, 2000).

A crescente utilização de grupos de trabalho e a inevitabilidade de contacto social no meio laboral contribuem para o aumento de discriminação, prejudicando o desenvolvimento profissional dos indivíduos pertencentes a grupos minoritários (Green, 2003).

Vários estudos apontam para a discriminação enquanto processo capaz de influenciar a perceção e a tomada de decisão quando o motivo das decisões não é, de certo modo, esclarecido e, quando a escassez de tempo ou tomada de consciência do peso das crenças racistas e discriminatórias nas tomadas de decisão não são tidas em conta (Green, 2003).

Atualmente, a norma anti-racista acompanhada do esforço de integração dos grupos étnicos na sociedade portuguesa, dificilmente tem impedido que a discriminação não persista, quer a nível individual, quer a nível institucional (Cabecinhas, 2010).

II - Objetivos

Sendo o objetivo desta tese contribuir para a compreensão da relação das representações sobre o luso-tropicalismo com perceção de racismo na sociedade portuguesa, propomos-nos analisar a permanência ou não destas representações nos trabalhadores portugueses e o seu potencial impacto nas relações raciais entre os portugueses e os imigrantes. De acordo com o nosso objetivo, é de realçar que esta dissertação utiliza como referência o estudo realizado por Vala, (1999).

Há muito que se estuda a relação entre a imigração e a discriminação no local de trabalho. Neste sentido, também é objetivo do presente estudo analisar a perceção da existência de atos discriminatórios por parte dos portugueses para com os imigrantes no local de trabalho, tendo por base o estudo desenvolvido

por Gondim et. al., (2013).

Dada a escassez de estudos sobre as temáticas explicitadas, a dissertação é também de natureza exploratória, com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão sobre as representações luso-tropicalistas, das suas implicações no dia-a-dia dos portugueses, nomeadamente, no local de trabalho e, ainda, abrir caminho para futuras investigações e a respetiva melhoria dos instrumentos usados. Nesta linha de pensamento, os objetivos específicos a que nos propomos estudar no contexto organizacional são os seguintes:

- i. Contribuir para a robustez e fiabilidade da Escala de Luso-tropicalismo;
- ii. Perceber as relações entre as representações do luso-tropicalismo e a perceção de racismo na sociedade portuguesa;
- iii. Analisar a perceção da existência de racismo na sociedade portuguesa;
- iv. Contribuir para a adaptação da Escala de Discriminação no local de trabalho em Portugal;
- v. Analisar a perceção de atos discriminatórios no local de trabalho face a grupos minoritários em Portugal;
- vi. Perceber a relação entre a discriminação no local de trabalho e as representações da ideologia luso-tropicalista.

III - Metodologia

3.1 Desenho da investigação

O desenho metodológico desta investigação assenta num plano não experimental, descritivo e exploratório. Trata-se de uma investigação de carácter não experimental, dado que se desenvolve a partir da não manipulação das variáveis independentes a estudar, bem como da incapacidade de controlo das diferenças individuais dos participantes (Alferes, 1997). É um estudo descritivo que pretende, ainda, indicar as médias dos fatores do luso-tropicalismo, do racismo flagrante e subtil e da discriminação no local de trabalho. Com efeito, o estudo é de natureza exploratória e procura colmatar a escassez de investigações sobre este tema e servir de “porta de entrada” para futuras investigações.

3.2. Amostra e recolha de dados

Nesta secção clarificam-se os procedimentos por nós adotados na recolha de informação para, numa fase posterior, nos debruçarmos sobre a caracterização da amostra.

Os dados foram recolhidos através de questionário auto-administrado que, para além de mensurarem as variáveis correspondentes às escalas utilizadas, comportam uma seção de dados sociodemográficos, como o sexo, a idade, o curso e a nacionalidade dos participantes. De acordo com Brewerton e

Luso-tropicalismo associado ao racismo: um estudo da discriminação no local de trabalho com trabalhadores portugueses

Catarina Vilela de Sá (e-mail:catevilelasa@gmail.com) 2017

Millward (2001), o questionário é um método de baixo custo, rápido e com poucas exigências de recursos, o que nos levou a optar por este método. A colaboração voluntária dos trabalhadores foi explícita *a priori*, bem como o objetivo do estudo, o anonimato e a confidencialidade dos dados.

A amostra utilizada na presente investigação é constituída por 169 participantes, trabalhadores de vários setores de empresas Norte e Centro de Portugal. A partir do recurso à análise descritiva de variáveis sócio-demográficas, verifica-se que a amostra é composta maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (73.6%), sendo os indivíduos de sexo masculino menos representados (23.7%), com idades compreendidas entre os 19 e os 73 ($M= 41.26$; $DP= 11.68$). Os participantes são de nacionalidade portuguesa.

3.3. Medidas

3.3.1. Escala de Luso-tropicalismo

A Escala de Luso-tropicalismo foi, inicialmente, desenvolvida por Valentim (2003) e adaptada por Pereira, Barros, Torres e Valentim (2015) com 13 itens. A versão atual da escala foi aperfeiçoada por Valentim (2015) e, é a partir desta adaptação que a presente dissertação se realiza. Deste modo, a escala contém 17 itens (cf. Quadro 1), numa escala tipo Likert de sete pontos (1= *discordo totalmente* a 7= *concordo completamente*).

Os respetivos itens dizem respeito às características dos portugueses, do passado colonial português e da forma de estar e de relacionar dos portugueses com indivíduos de outras culturas.

Importa notar que, em estudos anteriores que utilizaram a mesma escala (Helena, 2015 & Silva, 2015), com uma amostra de 148 indivíduos, a solução das análises fatoriais em componentes principais, apontou para quatro fatores (Harmonia, Passado, Adaptação recíproca/Capacidade de adaptação e Especificidade cultural). O fator Harmonia e o fator Passado explicam 18.54% e 15.86% da variância ($\alpha = .77$ e $\alpha = .74$) e os fatores Adaptação recíproca/Capacidade de adaptação e Especificidade cultural explicam 12.6% e 9.39% da variância ($\alpha = .70$ e $\alpha = .54$).

Ainda assim, torna-se crucial referir o estudo de Duarte (2016), com uma amostra de 207 indivíduos e que tendo utilizado a mesma escala, obteve apenas três fatores (Adaptabilidade harmoniosa, Passado e Especificidade cultural). O fator Adaptabilidade harmoniosa explica 31.85% da variância ($\alpha = .84$) e o fator Passado e Especificidade cultural explicam 10.19% e 8.17% da variância ($\alpha = .61$ e $\alpha = .65$).

3.3.2. Escala de Racismo Flagrante e Racismo Subtil

Para medir crenças e atitudes racistas dos portugueses, foi utilizada as Escalas de Racismo flagrante e subtil de Pettigrew e Meertens (1995) adaptada por Vala, Brito e Lopes (1999). Esta escala é constituída por 21 itens (cf. Quadro 2; Quadro 3), sendo avaliados estes dois tipos de racismo. Os participantes

demonstram o seu nível de acordo numa escala de Likert com 7 pontos (1= *discordo completamente* a 7= *concordo completamente*).

Vala, Brito e Lopes (1999) realizaram análises fatoriais exploratórias, a partir de uma amostra de 600 indivíduos (533 respostas válidas), obtendo dois fatores da escala de racismo flagrante (ameaça e rejeição do exogrupo e rejeição de intimidade) e três fatores da escala de racismo subtil (defesa de valores tradicionais, acentuação de diferenças culturais e negação da expressão de emoções positivas). Os fatores extraídos correspondem às dimensões propostas pelos autores do modelo (Pettigrew & Meertens, 1995). Nesta linha, os fatores ameaça e rejeição do exogrupo e rejeição de intimidade explicam 38.3% e 12.9% da variância ($\alpha = .83$; resultados das amostras europeias: .87- .90) e os fatores defesa de valores tradicionais, acentuação de diferenças culturais e negação da expressão de emoções positivas explicam respectivamente 32.2%, 15.3% e 11.8% da variância ($\alpha = .77$; resultados europeus: .73- .82).

3.3.3. Escala de Discriminação no Local de Trabalho

A Escala de Discriminação no local de trabalho foi medida através de uma adaptação da escala usada por Gondim et al., (2013). Os itens permitem explorar comportamentos discriminatórios face a minorias étnicas no meio laboral. A escala é composta por 21 itens (cf. Quadro 4) e os participantes mencionam o grau de concordância com as afirmações apresentadas (1= *discordo completamente* a 7= *concordo completamente*).

Gondim et al., (2013), com uma amostra de 89 indivíduos usou no seu estudo uma medida de perceção de discriminação que se destina a explicar comportamentos discriminatórios dirigidos ao grupo de imigrantes percebidos como forte concorrência no mercado de trabalho nacional. Os 22 itens foram submetidos a uma análise fatorial em componentes principais, tendo sido identificados dois fatores: o primeiro foi designado por Amabilidade e, diz respeito a “comportamentos de aproximação intergrupala” (Gondim et al., 2013, p.156), e, o segundo fator foi designado por Hostilidade, e refere-se a “comportamentos de distanciamento e pouca cordialidade intergrupala” (Gondim et al., 2013, p. 156), que explicam 43.7% da variância total ($\alpha = .72$ e $\alpha = .78$).

É de realçar, ainda, o estudo de Mouro (2016) com base na investigação de Gondim et. al., (2013). A autora utilizou uma amostra composta por 207 indivíduos, a partir do qual realizou uma análise em componentes principais, tendo obtido dois fatores (o número de fatores que corresponderia ao do estudo mencionado). O fator Hostilidade, com 29.89% de variância explicada e um coeficiente alfa de Cronbach de .91, assim como 19.29% de variância explicada para o fator Amabilidade e um alfa de Cronbach de .84.

3.4. Procedimentos de investigação adotados

Para o tratamento estatístico dos dados recolhidos recorreremos ao programa informático Statistical Package for the Social Sciences (SPSS 22.0), para o sistema operativo Windows.

Numa fase inicial, as análises estatísticas e descritivas efetuadas

permitiram identificar frequências absolutas e relativas, as médias aritméticas (medidas de tendência central) e os desvios-padrão (medidas de dispersão e variabilidade).

De acordo com a análise dos dados, consideramos pertinente inverter a pontuação em 4 itens da Escala de Luso-tropicalismo, de modo a que, quanto maior fosse a pontuação nesses itens, maior a adesão dos sujeitos às ideias luso-tropicalistas. Os itens invertidos são os seguintes: “As pessoas de outras culturas têm mais dificuldade em integrar-se na sociedade portuguesa do que noutros países”, “O passado colonial de Portugal foi uma história de violência”, “A história colonial portuguesa caracterizou-se pela exploração e segregação dos povos colonizados” e “Hoje em dia, a harmonia entre os portugueses e as pessoas de outras culturas é pequena comparada com a de outros países”.

Para testar as hipóteses mencionadas, realizamos o teste de esfericidade de Bartlett e a medida de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), com o intuito de averiguar a viabilidade da análise fatorial da amostra. De seguida, procedemos a uma análise fatorial exploratória em componentes principais para a escala de luso-tropicalismo, a escala de racismo flagrante e subtil e a escala de discriminação no local de trabalho. Desta forma, procurámos reduzir as escalas a partir da criação de fatores que expliquem o máximo possível de informação original (Field, 2005), facultando uma melhor interpretação dos resultados.

No que diz respeito à rotação, todas as análises partiram de uma rotação ortogonal varimax, na medida em que fornece uma interpretação mais clara das estruturas fatoriais extraídas (Field, 2013).

Depois de efectuar as análises fatoriais exploratórias para cada escala, procedemos à análise de estatísticas descritivas para cada um dos fatores obtidos.

Para analisar a fiabilidade dos instrumentos usados foi estimada a consistência interna a partir do coeficiente alfa de Cronbach, em que valores de alfa superiores a .60 são considerados aceitáveis, garantindo a fiabilidade das medidas (DeVilles, 2003).

Para a concretização dos objetivos pretendidos por nós neste estudo, foram efetuadas correlações entre os fatores da Escala de Racismo flagrante e os fatores da Escala de Racismo subtil, os resultados da Escala de Luso-tropicalismo e do Racismo flagrante e subtil, e ainda, os resultados da Escala de Luso-tropicalismo e a Escala de Discriminação no local de trabalho, através do coeficiente de correlação de Pearson.

IV - Resultados

4.1. Análises Fatoriais Exploratórias em Componentes Principais

4.1.1. Luso-tropicalismo

Para avaliar a viabilidade da análise fatorial, aplicámos o teste de

esfericidade de Bartlett e a medida de adequação da amostra de Kaiser-Mayer-Olkin (KMO) para a escala de Luso-tropicalismo, tal como mencionado no ponto III (Metodologia). Assim, a medida de adequação da amostra de KMO foi de .80, o que permite afirmar que a análise factorial é viável, e ao mesmo tempo, o teste de esfericidade de Bartlett revelou um Qui-Quadrado significativo ($\chi^2(136) = 806.916, p < .001$).

A solução inicial da análise factorial em componentes principais revelou a possibilidade de retenção de cinco fatores. Uma vez que esses cinco fatores não eram interpretáveis à luz do modelo teórico, realizou-se uma segunda análise factorial em componentes principais com rotação “varimax” forçada a quatro fatores (o número de fatores que corresponderia aos quatro fatores obtidos em estudos anteriormente enunciados). Na nova solução, os fatores são os seguintes: fator Harmonia, o fator Capacidade de adaptação, o fator Integração no passado e o fator Passado benevolente, tal como evidenciado no Quadro 1. O fator Harmonia assenta num conjunto de itens relacionados com o respeito e relação harmoniosa dos portugueses com indivíduos de outras culturas e a ausência de racismo e tensões em Portugal relativamente a outros países europeus. O segundo fator, designado por Capacidade de Adaptação, contém itens que se relacionam com a adaptação tanto dos portugueses, tanto dos imigrantes às formas de estar e viver em sociedade. Por sua vez, o fator Integração no passado abrange itens que remetem para a ideia de que o passado de Portugal se caracterizou pela aptidão dos portugueses de se relacionar e conviver com os trópicos. Por último, o fator Passado benevolente é composto por itens que remetem a ausência de violência e exploração dos portugueses para com indivíduos de outras culturas no seu passado colonial. O fator Integração no passado e o fator Passado benevolente não correspondem aos fatores adotados nos estudos anteriores (Heleno, 2015, Silva, 2015 & Duarte, 2016), uma vez que a estrutura factorial difere.

Para analisar a fiabilidade da escala, calculámos o valor de alfa de Cronbach de cada fator. O fator Harmonia apresenta um alfa de .54, o fator Capacidade de adaptação de .66, o fator Integração no passado de .72, e, o fator Passado benevolente de .60, apresentando valores aceitáveis acima do valor de referência de .60 (DeVilles, 2003).

Quadro 1. Saturações fatoriais da análise factorial em componentes principais com rotação varimax da Escala de Luso-tropicalismo, médias e desvios-padrão dos itens

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>	Harmonia	Capacidade de adaptação	Integração no passado	Paasado benevolente	Comunalidades
Em Portugal há menos racismo do que nos outros países europeus.	4.59	1.232	.723	.537	-.021	-.170	.614
Tensões e conflitos entre portugueses e pessoas de outras origens são menores que noutros países.	5.09	1.171	.662	.274	.101	-.067	.529
Faz parte tradição portuguesa relacionar-se bem com outros países.	5.44	1.095	.667	.324	.208	-.160	.619
Outras culturas mais respeitadas em Portugal que outros países.	4.47	1.185	.649	.079	.220	.144	.497
Durante colonização, portugueses mostraram singular capacidade de adaptação à vida nas regiões tropicais.	4.81	.957	.645	-.061	.256	.160	.511
Características cultura portuguesa facilitam integração de outras culturas na sociedade portuguesas.	5.24	1.062	.504	.537	-.021	-.170	.572
Outras culturas mais dificuldade de integração na sociedade portuguesa que noutros países.	3.11	1.044	.046	.640	-.069	.005	.416
Imigrantes em Portugal têm boa impressão dos portugueses.	5.12	1.014	.261	.677	.275	-.061	.607
Características portuguesas favoreceram colonização marcada por convívio harmonioso com outros povos.	4.58	1.067	.113	.592	.406	.152	.550
Portugueses têm boa impressão dos imigrantes em Portugal.	4.41	1.139	.185	.583	.069	.315	.479
Harmonia entre portugueses e outras culturas é menor que noutros países.	3.38	1.167	.206	.310	-.491	.249	.442
História colonial portuguesa caracterizada pela integração cultural com povos colonizados.	4.35	1.245	.312	.202	.614	-.064	.519
História colonial portuguesa caracterizada pela mestiçagem com povos colonizados.	4.49	1.113	.341	.050	.613	-.085	.501
História colonial portuguesa mais pacífica e benevolente do que a de outras.	4.12	1.145	.197	.172	.704	.230	.617
Colonização portuguesa não teve carácter opressivo como a de outras nações.	4.09	1.151	.023	.125	.571	.549	.643
Passado colonial de Portugal foi uma história de violência e barbaridade.	3.85	1.289	.116	.015	.101	.763	.606
História colonial portuguesa exploração e segregação dos povos colonizados.	4.20	1.311	-.008	.047	-.137	.798	.658
Valores próprios			4.801	1.842	1.610	1.127	
% de Variância			17.205	13.330	13.312	11.329	

A partir das respetivas médias de cada fator, constata-se que o Fator Harmonia é o que apresenta a média mais elevada ($M = 4.88$ e $DP = .81$) e o Fator Passado benevolente é o que revela a média mais baixa ($M = 3.97$ e $DP = .56$). Como é possível verificar no Gráfico 1, os valores encontram-se próximos do ponto médio da escala. Por essa razão, podemos dizer que há uma tendência para a concordância com as ideias luso-tropicalistas.

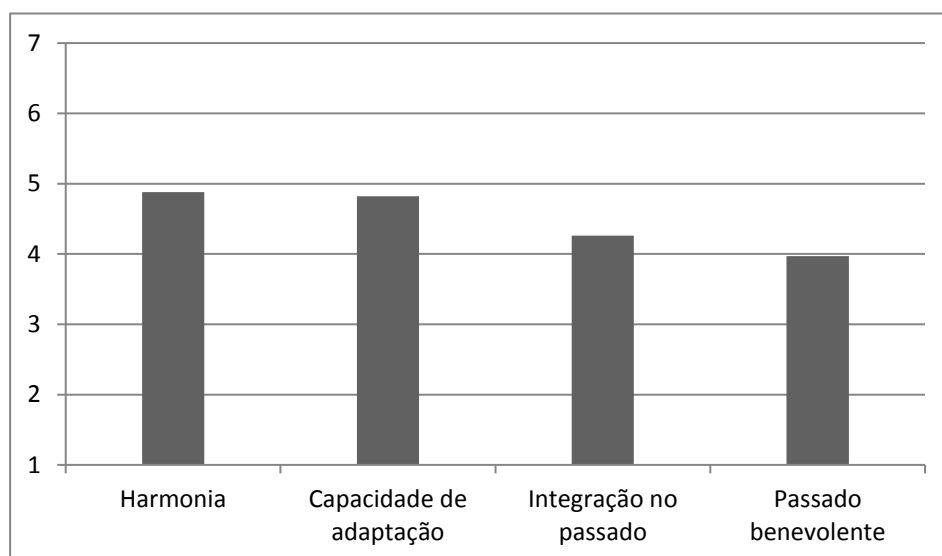


Gráfico 1. Valores médios dos quatro fatores da Escala de Luso-tropicalismo

4.1.2. Racismo flagrante

Antes de efetuarmos a análise fatorial da Escala Racismo flagrante avaliámos a adequabilidade da amostragem à técnica estatística em causa. A análise aos valores obtidos no teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) (.77) e no teste de Bartlett ($\chi^2 (45) = 430,278$, $p < .001$), revela que a matriz tem qualidades suficientes para permitir esta análise. Os 21 itens que constituem a escala foram, então, submetidos a uma análise em componentes principais. A solução apontou para dois fatores, através da rotação “varimax”, da análise do *Scree-plot* e do critério de Kaiser (eigenvalues maiores que 1), sendo responsável por 49.89% da variância total (cf. Quadro 2).

Verificámos, à semelhança do que acontecera em estudos anteriores (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, Brito e Lopes, 1999), que os fatores a reter correspondem ao fator Ameaça e rejeição e ao fator Rejeição de intimidade, na medida em que as designações destes fatores correspondem às atribuídas nos estudos acima enunciados.

O fator Ameaça e rejeição comporta itens relativos à possibilidade de indivíduos negros constituírem uma ameaça, nomeadamente em termos de benefícios económicos e/ou políticos. Por outro lado, o fator Rejeição de intimidade

envolve itens que exploram o grau de intimidade que os portugueses são capazes de sentir em relação aos negros, como por exemplo, a possibilidade de se relacionarem sexualmente ou formarem família.

A respeito da análise de fiabilidade da escala, efetuámos o cálculo do alfa de Cronbach, na medida que o fator Ameaça e rejeição apresenta um valor de alfa de .74 e o fator Rejeição de intimidade de .73, apresentando valores aceitáveis.

Quadro 2. Saturações fatoriais da análise factorial em componentes principais com rotação varimax da Escala de Racismo Flagrante, médias e desvios-padrão dos itens

Item	<i>M</i>	<i>DP</i>	Rejeição e ameaça	Rejeição de intimidade	Comunalidades
A maior parte governantes preocupa-se demasiado com imigrantes negros e não com portugueses.	3.23	1.696	.639	.274	.484
Imigrantes negros têm empregos que deveriam pertencer a portugueses.	2.46	1.375	.582	.448	.539
A maioria dos imigrantes negros que recebem apoio da segurança social podiam passar sem ele se quisesse.	3.09	1.720	.656	.084	.438
Imigrantes negros pertencem a uma raça menos dotada e explica porque não estão situação boa quanto os portugueses.	2.20	1.360	.641	.211	.456
Os portugueses e negros dificilmente conseguirão estar completamente à vontade.	2.49	1.450	.676	.226	.509
No que respeita à honestidade, acha que os portugueses e os imigrantes são:	2.83	1.468	.602	-.054	.365
Importava-me que um familiar meu casasse com um(a) negro(a) de meio social semelhante.	2.65	1.886	.117	.828	.700
Suponha que um(a) filho(a) seu/sua casava com um(a) negro(a) e os netos eram mulatos. Acha que se sentiria:	2.18	1.677	.021	.684	.468
Importava-se que um negro(a) com as competências adequadas fosse meu chefe.	2.40	1.876	.266	.597	.428
À partida excluiria a hipótese de ter relações sexuais com um(a) negro(a).	2.49	1.643	.229	.742	.603
Valores próprios			3.682	1.308	
% de Variância			25.466	24.425	
Total de % Variância			49.891		

Posteriormente, procedemos ao cálculo das médias de cada fator, tal como enunciado no Gráfico 2. Sendo assim, o fator Ameaça e rejeição apresenta a média mais elevada ($M = 2.87$ e $DP = 1.00$) e o fator Rejeição de

Luso-tropicalismo associado ao racismo: um estudo da discriminação no local de trabalho com trabalhadores portugueses

Catarina Vilela de Sá (e-mail:catevilelasa@gmail.com) 2017

intimidade corresponde à média mais baixa ($M = 2.42$ e $DP = 1.32$).

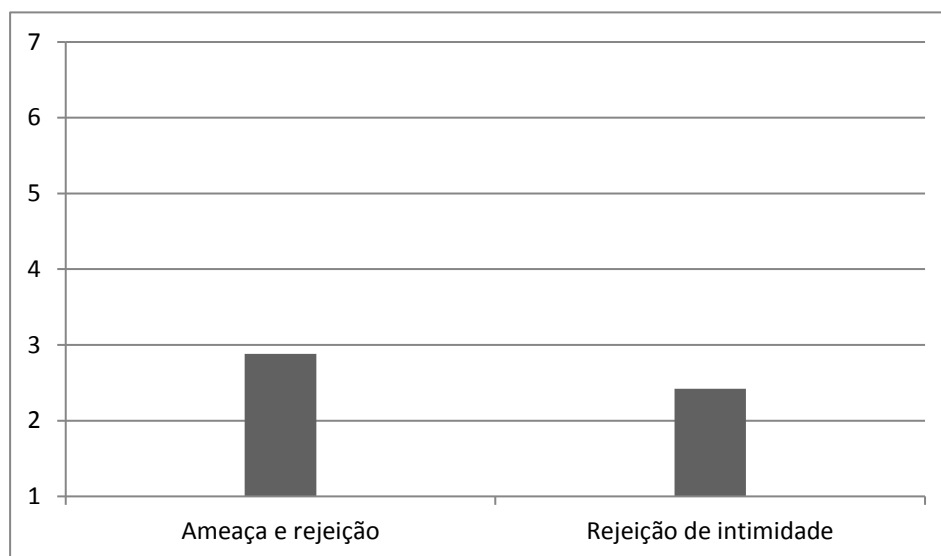


Gráfico 2. Valores médios dos dois fatores da Escala de Racismo flagrante

4.1.3 Racismo Subtil

Na linha do que foi realizado com a Escala de Racismo flagrante, também na Escala de Racismo subtil procurámos testar a viabilidade da análise fatorial, com base na medida de adequação da amostra de KMO (.70) e o teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 (45) = 360.569$, $p < .001$). Numa fase posterior, efetuámos uma análise fatorial em componentes principais, a partir do critério de Kaiser, isto é, considerando valores próprios superiores a 1 e, ainda, com base na análise do *Scree-plot*. Posto isto, os itens agrupam-se em três fatores (cf. Quadro 3), tal como se constata em estudos realizados anteriores (Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999).

O fator Acentuação de diferenças culturais é composto por itens relativos ao grau de semelhança ou diferença dos negros comparativamente aos portugueses, sobre os valores, crenças e práticas religiosas, os comportamentos sexuais e a língua. Relativamente ao fator Defesa de valores tradicionais comporta itens que se referem a valores que conduzam ao sucesso quer em termos de emprego, quer em termos familiares. Por último, o fator Expressão de emoções positivas contém itens que indicam o grau em que os portugueses sentem admiração e simpatia pelos negros. No caso do fator Expressão de emoções positivas, os itens utilizados correspondem a uma lógica contrária ao do estudo de Vala (1999). Isto é, quanto maior fosse a pontuação nesses itens, maior a expressão de emoções positivas.

Para analisarmos a fiabilidade da escala, calculámos o valor de alfa do fator Acentuação de diferenças culturais ($\alpha = .66$), do fator Defesa de valores tradicionais ($\alpha = .71$) e do fator Expressão de emoções positivas ($\alpha = .83$).

Quadro 3. Saturações fatoriais da análise factorial em componentes principais com rotação varimax da Escala de Racismo Subtil, médias e desvios-padrão dos itens

Item	<i>M</i>	<i>DP</i>	Acentuação de diferenças culturais	Defesa de valores tradicionais	Expressão de emoções positivas	Comunalidades
Valores que ensinam aos filhos, comparando com os portugueses, os imigrantes negros são:	3.92	1.499	.777	.175	-.038	.635
Valores e comportamentos sexuais, comparando com os portugueses, os imigrantes são:	4.13	1.513	.732	.098	-.293	.631
Crenças e práticas religiosas, comparando com os portugueses, os imigrantes são:	4.16	1.483	.797	.007	.049	.637
Língua que falam, comparando com os portugueses, os imigrantes são:	3.71	1.601	.439	-.071	-.454	.404
Se os negros se esforçassem um pouco mais teriam o mesmo sucesso que os portugueses.	3.22	1.630	-.113	.711	-.131	.522
Outros grupos vieram para cá, ultrapassaram o preconceito. Os negros deviam fazer o mesmo sem reclamar tratamento especial.	3.52	1.756	.115	.767	.024	.603
Os negros que vivem aqui não se deveriam meter onde não são desejados.	2.40	1.398	.115	.639	-.251	.484
Negros transmitem filhos valores e aptidões diferentes dos necessários para se ser bem sucedido na sociedade portuguesa.	3.09	1.396	.032	.650	.023	.424
Com que frequência sente admiração pelos negros?	4.30	1.299	-.147	-.169	.873	.812
Com que frequência sente simpatia pelos negros?	4.85	1.326	.004	-.115	.892	.809
Valores próprios			2.925	1.641	1.395	
% de Variância			20.152	20.110	19.351	
Total de % de Variância				59.613		

No Gráfico 3, estão representadas as médias de cada fator correspondente à escala de racismo subtil. O fator que possui a média mais baixa é o fator Defesa de valores tradicionais ($M = 3.06$ e $DP = 1.09$) e o fator que apresenta a média mais elevada é o fator Expressão de emoções positivas ($M = 4.58$ e $DP = 1.21$).

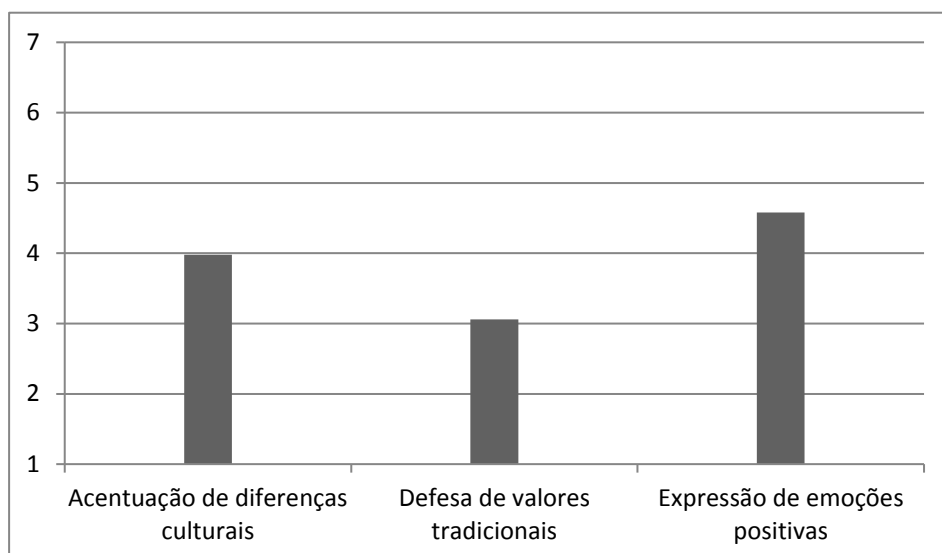


Gráfico 3. Valores médios dos três fatores da Escala de Racismo subtil

4.1.4 Discriminação no local de trabalho

Com o objetivo de avaliar a viabilidade da análise fatorial, recorremos ao cálculo do teste de esfericidade de Bartlett e a medida de adequação da amostra de Kaiser-Mayer-Olkin (KMO), tal como mencionado no ponto III (Metodologia). Assim, a medida de adequação da amostra de KMO foi de .89, o que permite afirmar que a análise fatorial é viável. Quanto ao teste de esfericidade de Bartlett resultou um Qui-Quadrado significativo ($\chi^2(210) = 1832.952, p < .001$).

Para avaliarmos a validade da escala foi utilizada como técnica estatística a análise fatorial em componentes principais, submetendo os 21 itens para a análise, com rotação “varimax” e valores próprios maiores que 1 (critério de Kaiser). A solução inicial revelou a possibilidade de retenção de cinco fatores. Uma vez que esses cinco fatores não eram interpretáveis com base no modelo teórico, realizou-se uma segunda análise fatorial em componentes principais com rotação “varimax” fixada em dois fatores, sendo o número de fatores que corresponde aos dois fatores alcançados no estudo de Gondim et. al., (2013) e no de Mouro, (2016). Posto isto, ficámos, então, com uma estrutura constituída por dois fatores.

O primeiro fator engloba questões que se prendem com atitudes e comportamentos hostis dos portugueses face aos imigrantes no local de trabalho, sendo intitulado por Hostilidade. Ao contrário, o segundo fator contém questões relativas à amabilidade dos portugueses para com os imigrantes no contexto laboral, designando-se por Amabilidade. As designações dos fatores tiveram origem no estudo de Gondim et al., (2013).

A consistência interna dos fatores foi avaliada a partir do alfa de Cronbach, que apresentou um valor de .86 relativamente ao fator Hostilidade e de .85 para o fator Amabilidade, tratando-se de resultados bastante satisfatórios.

Quadro 4. Saturações fatoriais da análise factorial em componentes principais com rotação varimax da Escala de Discriminação no local de trabalho, médias e desvios-padrão dos itens

Item	<i>M</i>	<i>DP</i>	Hostilidade	Amabilidade	Comunalidades
Unir-se aos colegas para os isolar.	1.67	1.161	.578	-.152	.357
Imitar sotaque para os ridicularizar perante outras pessoas.	1.63	1.218	.707	-.287	.582
Dar instruções confusas que prejudiquem a realização das suas tarefas.	1.74	1.388	.720	-.213	.564
Ignorar a sua presença dirigindo-se somente a outros.	1.61	1.169	.714	-.317	.610
Pedir para fazer trabalhos urgentes sem necessidade.	1.59	1.107	.767	-.347	.709
Evitar cumprimentá-los.	1.53	1.077	.607	-.320	.471
Poupá-los de tarefas adicionais em comparação com os outros colegas.	2.92	2.022	.122	.069	.020
Criticar excessivamente o seu trabalho.	2.09	1.694	.520	-.055	.274
Fazer gestos de desprezo diante deles (suspiros, olhares de desdém, encolher de ombros...).	1.92	1.601	.694	-.049	.484
Estragar propositadamente algum dos seus objectos de trabalho.	1.51	1.105	.812	-.181	.692
Fazer ligações telefónicas ameaçadoras.	1.48	1.137	.722	-.213	.566
Interrompê-los quando estão a falar com outras pessoas.	1.95	1.529	.652	-.057	.429
Tentar fazer amizade com eles.	5.62	1.408	-.201	.681	.504
Ensinar o que sabe.	5.77	1.382	-.299	.815	.753
Procurar trabalhar na mesma equipa que eles.	5.35	1.472	-.157	.797	.660
Evitar colocar-lhes alcunhas.	4.70	2.153	-.014	.490	.241
Dar-lhes razão, quando concorda com as suas ideias.	1.74	1.388	-.325	.704	.602
Elogiá-los quando realizam uma tarefa de modo competente.	5.90	1.514	-.373	.736	.681
Evitar induzi-los a cometer erros.	5.34	1.980	-.086	.611	.380
Evitar espalhar rumores a seu respeito.	4.54	2.454	.065	.551	.308
Aproximar-se para aprender com eles.	5.54	1.516	-.328	.738	.652
Valores próprios			8.099	2.438	
% de Variância			27.187%	22.987%	
Total de % Variância			50.174%		

A partir do cálculo das médias dos fatores da escala, podemos verificar que o fator que apresenta maior média é o fator Amabilidade ($M = 5.39$ e $DP = 1.20$) e o que possui menor média é o fator Hostilidade ($M = 1.80$ e $DP = .89$), (cf. Gráfico 4).

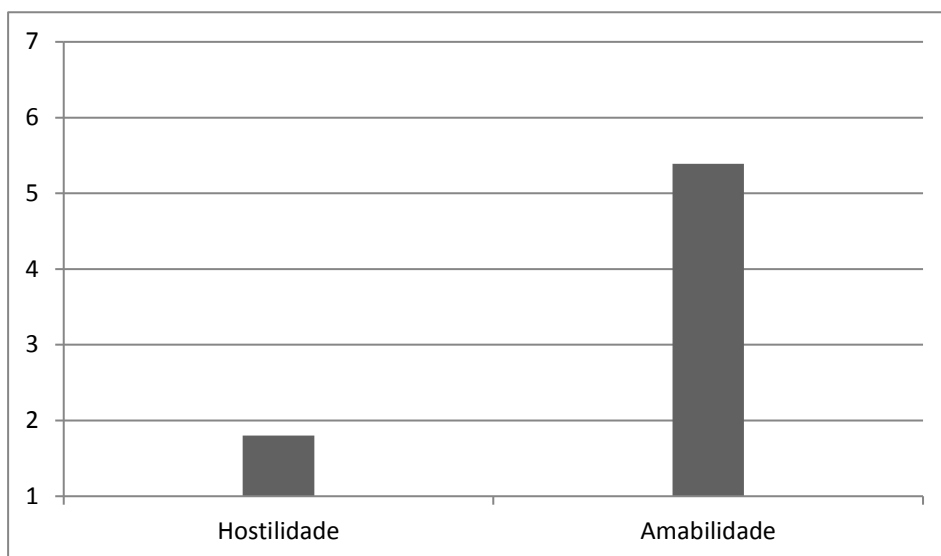


Gráfico 4. Valores médios dos dois fatores da Escala de Discriminação no local de trabalho

4.2. Estudo das relações entre as variáveis

4.2.1. Escala de Luso-tropicalismo e Escala de Racismo flagrante e subtil

Na sequência das análises efetuadas anteriormente, prosseguiu-se o cálculo das correlações entre os resultados obtidos pela Escala de Luso-tropicalismo e pelas Escalas de Racismo flagrante e subtil.

Quadro 5. Correlações entre os fatores da Escala de Luso-tropicalismo e os fatores das Escalas de Racismo flagrante e subtil

Luso-tropicalismo	Racismo flagrante		Racismo subtil		
	Ameaça e rejeição	Rejeição de intimidade	Acentuação de diferenças culturais	Defesa de valores tradicionais	Expressão de emoções positivas
Harmonia	-.057	-.090	-.063	-.004	.267**
Capacidade de adaptação	-.188*	-.151	-.037	-.134	.136
Integração no passado	.062	-.068	.095	.090	.077
Passado benevolente	.023	.060	.063	-.027	-.033

**p < .01; *p < .05

Os resultados da associação entre os fatores da Escala de Luso-tropicalismo e os fatores das Escalas de Racismo flagrante e subtil (cf. Quadro 5) revelaram uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre o fator Capacidade de adaptação e o fator Ameaça e rejeição [$r = -.188$ ($p < .01$)].

Podemos observar a partir desta análise que, os portugueses sentem admiração e simpatia pelos negros e prezam pela harmonia e ausência de conflitos com indivíduos de outras culturas, o que pode explicar o facto de haver uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o fator Harmonia e o fator Expressão de emoções positivas [$r = .267$ ($p < .01$)].

4.2.2. Escala de Racismo Flagrante e Escala de Racismo Subtil

As duas escalas encontram-se correlacionadas nas diferentes dimensões, por exemplo a correlação entre o fator Rejeição e ameaça e o fator Acentuação das diferenças culturais [$r = .744$; ($p < .01$)].

Quadro 6. Correlações entre os fatores da Escala de Racismo Flagrante e os fatores da Escala de Racismo subtil

Racismo Flagrante	Racismo subtil		
	Acentuação de diferenças culturais	Defesa de valores tradicionais	Expressão de emoções positivas
Rejeição e ameaça	.399**	.744**	-.339**
Rejeição de intimidade	.172*	.431**	-.336**

** $p < .01$; * $p < .05$

4.2.3. Escala de Discriminação no Local de Trabalho e Escala de Luso-tropicalismo

Adicionalmente foram realizadas correlações entre os fatores obtidos pela Escala de Discriminação no local de trabalho e pela Escala de Luso-tropicalismo, a fim de percebermos a relação das crenças e atitudes discriminatórias face a grupos minoritários no contexto laboral e as representações do luso-tropicalismo.

Quadro 7. Correlações entre os fatores da Escala de Discriminação no Local de Trabalho e os fatores da Escala de Luso-tropicalismo

Luso-tropicalismo	Discriminação no local de trabalho	
	Hostilidade	Amabilidade
Harmonia	-.249**	.351**
Capacidade de adaptação	-.081	.260**
Integração no passado	-.040	.022
Passado benevolente	.158*	-.058

**p < .01; *p < .05

Dados os resultados apresentados no Quadro 7, há uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre o fator Harmonia e o fator Hostilidade [$r = -.249$; ($p < .01$)]. E ainda, uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o fator Passado benevolente e o fator Hostilidade [$r = .158$; ($p < .01$)]. É possível constatar que existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o fator Harmonia e o fator Amabilidade [$r = .351$; ($p < .01$)] e, ainda, uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o fator Capacidade de Adaptação e o fator Amabilidade [$r = .260$; ($p < .01$)].

V – Discussão

O primeiro conjunto de resultados que importa analisar diz respeito ao primeiro e segundo objetivos que conduziu a investigação: “Contribuir para a robustez da Escala de Luso-tropicalismo” e “Perceber as relações entre as representações do luso-tropicalismo e a perceção de racismo na sociedade portuguesa”. De acordo com os estudos de Heleno, Silva (2015) e, mais recentemente, de Duarte (2016), as representações do luso-tropicalismo continuam a perpetuar a visão mítica da identidade cultural portuguesa, suportando a ideia que de os portugueses são *suis generis* entre as culturas do mundo na sua adaptação cultural e relacional.

No que toca aos resultados deste estudo, utilizando como recurso a Escala de Luso-tropicalismo na sua versão mais atualizada e desenvolvida por Valentim (2015), constatamos que existem, de alguma forma, indicadores que que mostram as crenças luso-tropicalistas nos participantes, mesmo que as médias dos fatores se concentrem preferencialmente no ponto 4 (ponto médio da escala que varia de 1 a 7). Estes resultados podem dever-se ao facto dos participantes não entenderem na totalidade o conteúdo dos itens e, também as representações do luso-tropicalismo poderem não estar tão presentes no quotidiano como seria de esperar. Desta maneira, o fator Harmonia que diz respeito à harmonia com que se vive em Portugal e a ausência de racismo e conflitos entre os portugueses e pessoas de outras culturas é o que tem a média mais elevada ($M = 4.88$), o que sugere que os participantes se percebem

como indivíduos que fomentam relações harmoniosas e a integração de pessoas de outras culturas. Ao contrário, o fator com menor média é o fator Passado benevolente ($M = 3.97$). Importa notar que, os portugueses inquiridos assumem uma posição relativamente neutra quanto à ideia de um passado colonial português pacífico e integrador.

Com efeito, as análises realizadas através de correlações entre as dimensões do luso-tropicalismo e do racismo flagrante e subtil (por exemplo, o fator Harmonia e o fator Expressão de emoções positivas [$r = .267$ ($p < .01$)]), indicam que os participantes se percebem como indivíduos que valorizam relações harmoniosas, podendo expressar emoções positivas, como simpatia ou admiração pelos imigrantes. É de salientar, a correlação negativa e estatisticamente significativa entre o fator Capacidade de adaptação e o fator Ameaça e rejeição [$r = -.188$ ($p < .01$)], pois sugere uma certa concordância com a ideia de que os portugueses têm a capacidade de se adaptar e conviver com indivíduos de outras culturas, sem identificá-los como ameaça e, conseqüentemente, os rejeitarem. De acordo com os nossos resultados, os imigrantes não representam uma ameaça no domínio económico e social para os portugueses. No entanto, sabe-se que não é necessário encarar os negros como ameaça para que os portugueses expressem comportamentos racistas face a esta minoria (Vala, Brito & Lopes, 2015).

No que concerne ao terceiro objetivo deste estudo “Analisar a existência de racismo na sociedade portuguesa”, os nossos resultados não sustentam uma posição muito vincada. De acordo com as médias obtidas nas duas escalas, estas concentram-se essencialmente no ponto 4 que corresponde ao ponto médio da escala. Assim, a média maior é a do fator Expressão de emoções positivas ($M = 4.58$) e a média mais baixa é a do fator Rejeição de intimidade ($M = 2.42$). Tendo em conta os resultados, parecem existir crenças racistas mais subtis relativamente aos negros, tal como se verifica nalguns países europeus (Vala, Brito & Lopes, 1999, 2015).

O último conjunto de resultados que iremos analisar em seguida, dizem respeito ao quarto, quinto e sexto objetivos da presente investigação “Contribuir para a adaptação da Escala de Discriminação no local de trabalho em Portugal”, “Analisar a perceção de atos discriminatórios no local de trabalho face a grupos minoritários em Portugal” e “Perceber a relação entre a discriminação no local de trabalho e as representações da ideologia luso-tropicalista”. De uma forma geral, a média do fator Amabilidade ($M = 5.89$) é superior à média do fator Hostilidade ($M = 1.80$), o que indica que os resultados desta dissertação se assemelham a estudos anteriores (Gondim et. al., 2013; Mouro, 2016).

A investigação de Gondim et. al., (2013), teve o propósito de analisar a perceção de comportamentos discriminatórios por parte dos brasileiros relativamente aos imigrantes no seu local de trabalho. Os resultados apontados pela autora demonstram que os imigrantes não representam uma forte concorrência no mercado de trabalho brasileiro e, portanto, a manifestação de comportamentos hostis e abusivos são de fraca expressão. O estudo de Mouro (2016), partindo de uma amostra com portugueses, acrescenta que a hostilidade percebida no local de trabalho está relacionada com a perceção do estatuto social, da etnicidade e da identidade atribuída.

Ao considerarmos o trabalho realizado por Zárate et. al., (2004), a percepção do endogrupo sobre a concorrência exercida pelo exogrupo no que concerne a recursos limitados como o trabalho, resulta em comportamentos hostis e, conseqüentemente, à proliferação de discriminação.

Partindo da análise das correlações efetuadas entre os fatores da Escala de Luso-tropicalismo e os fatores da Escala de Discriminação no local de trabalho, é importante salientar as correlações positivas e estatisticamente significativas entre o fator Harmonia e o fator Amabilidade [$r = -.351$; ($p < .01$)] e entre o fator Capacidade de adaptação e o fator Amabilidade [$r = .260$; ($p < .01$)] e, ainda, a correlação negativa e estatisticamente significativa entre o fator Harmonia e o fator Hostilidade [$r = -.249$; ($p < .01$)]. Estes resultados são compatíveis com a ideia de que os portugueses se percebem como um povo que integra bem os imigrantes no seu local de trabalho e que asseguram o desenvolvimento de relações não conflituosas, indo ao encontro das ideias centrais luso-tropicalistas. Também é essencial destacar, a correlação positiva entre o fator Passado benevolente e o fator Hostilidade [$r = .158$; ($p < .01$)], pois pode parecer incongruente com os outros resultados. Desta forma, a relação positiva destes fatores não corrobora o facto de algumas das crenças luso-tropicalistas presentes na sociedade contribuírem para a imunidade de racismo em Portugal. De um modo global, podemos afirmar que a percepção da existência de racismo está presente na sociedade em geral mas não no contexto organizacional.

É de alguma importância referir o estudo de Santos (2013), com uma amostra composta por imigrantes brasileiros residentes em Portugal, a respeito do possível impacto das representações do luso-tropicalismo e da lusofonia na diminuição de racismo e discriminação para com os imigrantes, contribuindo para a análise dos pontos de vista dos imigrantes. Deste modo, os resultados evidenciam que, tendo em conta as percepções dos imigrantes, estes consideram-se alvo de racismo e discriminação na sociedade portuguesa e no mercado de trabalho, remetendo para a existência dos dois tipos de racismo em Portugal para com os brasileiros (racismo subtil e racismo flagrante). Isto explica que as representações luso-tropicalistas e de lusofonia não enfraquecem o racismo. Estes resultados reforçam estudos anteriores (e.g. Vala, et. al., 1999; Valentim, 2003, 2005). Porém, quando questionados sobre o modo como são tratados pelos portugueses em contexto organizacional, os inquiridos consideram que são relativamente tratados com justiça.

Considerando importantes os resultados encontrados e também, por se tratar de um estudo, necessariamente exploratório, prevalecem algumas limitações que merecem o seu devido destaque.

Desde logo o método usado para a recolha de dados. O questionário não facilita a expressão do racismo tradicional, pois as repostas podem ser ainda mais vulneráveis à “norma social” (Vala, Brito & Lopes, 2015), comprometendo a veracidade das repostas.

A amostra em estudo não é representativa da população portuguesa, o que implica que se possa cair em enviesamentos e conclusões generalizadas. Apesar de termos averiguado a adequação da amostra, a população da mesma é relativamente pequena o que, de certo modo, poderá interferir com as análises

fatoriais exploratórias das escalas em estudo. Nesse sentido, reporta-se à necessidade de estudos com amostras maiores que possam contribuir para o aumento das qualidades psicométricas dos instrumentos utilizados.

Outra limitação, no nosso entender, prende-se ao facto da amostra não analisar o ponto de vista dos indivíduos que se sentem vítimas de racismo e discriminação em várias esferas da vida, nomeadamente, no local de trabalho, sugerindo-se mais estudos nesta lógica.

Uma última limitação diz respeito à falta de estudos que explorem e aprofundem a teoria luso-tropicalista e as suas implicações na formação das relações sociais e raciais. E ainda, repensar na génese das atitudes racistas que se formam na sociedade portuguesa.

VI – Conclusões

As semelhanças e as diferenças que existem nas sociedades contemporâneas refletem, no fundo, algumas necessidades de inclusão ou diferenciação que merecem a sua devida atenção. É no decorrer das relações sociais entre grupos minoritários e grupos majoritários que emerge a preocupação de lidar com a diferença de culturas.

Situando-se na linha de investigação da teoria do luso-tropicalismo e tendo por base uma amostra composta por trabalhadores portugueses, o nosso estudo centra-se na relação entre as representações do luso-tropicalismo e a percepção de racismo na sociedade portuguesa e, em simultâneo, na percepção da existência de comportamentos discriminatórios por parte dos portugueses em relação aos imigrantes no contexto de trabalho. É também fulcral referir o estudo das qualidades psicométricas dos instrumentos utilizados, que contribuiu para confirmar a presença de escalas válidas e com níveis de fiabilidade satisfatórios.

Apesar do fim do império colonial português, o luso-tropicalismo sobreviveu, pois algumas das suas ideias-base continuam presentes na sociedade portuguesa, por exemplo nas conversas de quotidiano, em manifestações de natureza cultural e, ainda, na comunicação social (Cunha, 1997, *in* Valentim, 2003). Da mesma forma, os portugueses percebem-se como indivíduos que evitam tensões e conflitos contra pessoas de diferentes culturas e que prezam relações harmoniosas. Porém, a ideia de singularidade do português que se caracteriza por uma “convivialidade mestiça, benévola e pacífica” (Valentim, 2011, p.61) revela uma incompatibilidade com a existência de reações e avaliações subtis, de orientação predominantemente negativa. Conforme o que verificámos em estudos anteriores, estas novas formas de racismo em Portugal, também ocupam lugar em várias sociedades europeias (Reino Unido, Holanda, França e Alemanha) (Vala, Brito & Lopes, 1999, 2015).

Tendo por base os nossos resultados, estes não corroboram a ideia que os portugueses expressam manifestações discriminatórias e comportamentos hostis/abusivos para com os imigrantes no seu local de trabalho. Por esta razão, podemos constatar que a norma anti-racista prevalece na esfera do trabalho, reforçando a manutenção das ideias nucleares que fundem a visão culturalista

de Freyre na sociedade contemporânea portuguesa.

É no contexto de trabalho que, cada vez mais, as organizações/empresas devem informar e formar os seus trabalhadores para a mais-valia da inclusão das diferenças. Fruto desta inclusão, é de esperar que o mundo organizacional contribua para relações mais igualitárias e justas.

E porque uma investigação, ainda que finalizada, deixa continuidade nas questões que faz erigir, reafirmamos a necessidade de enriquecer os resultados por nós encontrados, através de futuras investigações.

Bibliografia

Aigner, D. J., & Cain, G. G. (1977). Statistical theories of discrimination in labor markets. *Industrial and labor relations review*, 30(2), 175-187.

Alexandre, V. (1999). O Império e a Ideia de Raça (Séculos XIX e XX). In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta.

Ashforth, B. E., & Mael, F. (1989). Social Identity Theory and the Organization. *Academy of Management Behavior*, 14, 20- 39.

Alferes, V. (1997). *Investigação científica em psicologia: Teoria e prática*. Coimbra: Livraria Almedina.

Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.

Brewerton, P., & Millward, L. (2001). *Organizational research methods*. London: Sage Publications.

Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal*. Tese de Doutoramento: Universidade do Minho.

Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.

Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: mudanças e continuidades. In: Mandarino, A.C.S. & Gomberg, E. (Eds.) *Racismos: Olhares plurais* (pp.11-43). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.

Cabral, T. P. (2010). *O luso-tropicalismo: reflexões sobre a cultura política luso-brasileira* (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

Castelo, C. (2007). *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.

Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue de História Lusófona*, 261-280.

Contador, A. C. (1998). Consciência de geração e etnicidade: da segunda geração aos novos luso-africanos. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 26, 57-83.

Cunha, L. (1994). *A imagem do Negro na banda desenhada do Estado Novo*. Relatório de aula teórico-prática. Braga: Universidade do Minho.

Cunha, M. I. (2000). A natureza da “raça”. *Sociedade e Cultura 2. Cadernos do Noroeste*, 13, 191-203.

Costa-Lopes, R., Vala, J., Pereira, C., & Aguiar, P. (2008). A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais. *Itinerários—A Investigação*, (25), 769-790.

- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2000). Aversive racism and selection decisions: 1989 and 1999. *Psychological science*, 11(4), 315-319.
- DeVellis, R. F. (2003). *Scale development: theory and applications* (2nd ed) thousand oaks, CA: Sage Publications.
- Duarte, M. (2016). *Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7(2), 117-140.
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS*. London: Sage Publications.
- Field, A. (2013). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics* (4th ed.). London: Sage Publications.
- Freyre, G. (1933/s.d.). *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Gondim, S. M. G., Techio, E. M., Paranhos, J., Moreira, T., Brantes, C., Sobrinho, J. B., & Santana, V. (2013). Imigração e trabalho: Um estudo sobre a identidade social, emoções e discriminação contra estrangeiros. *Psicologia em pesquisa*, 7(2), 151-163. DOI: 10.5327/Z1982-1247201300020003.
- Green, T. K. (2003). Discrimination in Workplace Dynamics: Toward a Structural Account of Disparate Treatment Theory. *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review*, 38, 91-157. Retirado em 14/02/2017 de: http://www.law.harvard.edu/students/orgs/crcl/vol38_1/green.pdf.
- Heleno, A. M. M. (2015). *Luso-tropicalismo e diversidade cultural em contexto organizacional: Um estudo das representações sociais de estudantes universitários*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of personality and social psychology*, 55(6), 893.
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of personality and social psychology*, 40(3), 414.
- Lewin, K. (1948/1997). *Resolving Social Conflicts & Field Theory in Social Science*. Washington: APA.
- Lippmann, W. (1922/1961). *Public Opinion*. Nova Iorque: Free Press.
- Machado, F. L. (2000). Os novos nomes do racismo: Especificação ou inflamação concetual?. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 22, 9-44.
- Machado, F. L. (1994). Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 111-134.
- Machado, F., L. (2001), “Contextos e percepções de racismo no quotidiano”. *Sociologia, Problemas e Práticas* (36), 53-80.
- Marques, J. F. (2000). O neo-racismo europeu e as responsabilidades da Antropologia. *Revista Científica de Ciências*, 56, 35-60.
- Marques, J. F. (2005). Racismo na sociedade portuguesa contemporânea: «flagrante» ou «subtil»? In *Actas do I Congresso Internacional: A Imigração em Portugal e na União Europeia* (pp. 385-407). Associação para a Investigação e o Desenvolvimento Sócio-cultural.

McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes, and context on simulated hiring decisions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.

Medina, J. (2000). Gilberto Freyre contestado: o luso-tropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. *Revista USP*, (45), 48-61.

Mouro, A. R. (2016). *Perceção de discriminação laboral e fontes de percepção de conflito por parte dos trabalhadores portugueses: um estudo no âmbito das representações sociais do luso-tropicalismo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.

Peixoto, J. (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. *Revista Migrações-Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, 2, 19-46.

Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspetiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107. DOI:10.1590/S0102-79722003000100010.

Pereira, C. R., & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. *Mind Português*, 1, 1-13.

Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57- 75. DOI: 10.1002/ejsp.2420250106.

Reskin, B. F. (2000). The proximate causes of employment discrimination. *Contemporary Sociology*, 29(2), 319-328.

Santos, L. B. (2013). Prejudice, Discrimination, Luso-Tropicalism, Lusophony, and Organizational Justice in Portugal, from the Point of View of Brazilian Immigrants. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalho*, 13 (1), 61-74. Recuperado a partir de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v13n1/v13n1a06.pdf>.

SEF (2015). Relatório de imigração, fronteiras e asilo. Retrieved from https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf.

Silva, A. F. R. (2015). *As emoções associadas ao luso-tropicalismo e à percepção de ameaça face aos emigrantes em contexto laboral: Um estudo com estudantes portugueses*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.

Smith, E. R., & Mackie, D. M. (1997). *Psicología Social*. Madrid: Editorial Médica Panamericana.

Tajfel, H. (1982). Social Psychology of Intergroup Relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-39.

Tajfel, H. (1983). Categorização social, identidade social e comparação social. In H. Tajfel, *Grupos humanos e categorias sociais – Estudos em Psicologia Social II* (pp. 289-303). Lisboa: Livros Horizonte

Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In J. A. William, & S. Worchel, *The social psychology of inter-group relations* (pp. 33-47). Belmont, CA: Wadsworth.

Vala, J. (Org.) (1999). *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta.

Vala, J. Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (2015). *Expressões dos racismos em Portugal. 2ª edição online*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

Vala, J., & Lima, M. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo. *Análise Social*, 181-207.

Vala, J. L., Lopes, D., & Lima, M. (2008). *Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice*. *Journal of Social Issues*, 64 (2), 287-302. DOI: 10.1111/j.1540-4560.2008.00562.x.

Vala, J., Pereira, C. R., & Ramos, A. (2006). Preconceito racial, percepção de ameaça e oposição à imigração. In J. Vala & A. Torres (Eds.), *Contextos e atitudes sociais na Europa* (pp. 221-250). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Valentim, J. P. (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portugueses e de africanos*. Tese de doutoramento em Psicologia: Universidade de Coimbra.

Valentim, J. P. (2005). Sobre Gilberto Freyre e a adversidade ao mestiçamento, *Iberpsicología* 10(5) 1 - 7.

Valentim, J. P. (2008). Identidade pessoal e social: Entre a semelhança e a diferença. *Psychologica*, 47,109-123.

Valentim, J. P. (2010). Sherif's theoretical concepts and intergroup relations studies: Notes for a positive interdependence. *Psychologica*, 52(2), 585-598.

Valentim, J. P. (2011). Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos. *MJ Simões (Coord.) Imagotipos Literários: Processos de (Des) configuração na Imagologia Literária*, 55-75.

Valentim, J. P. (2015). *O luso-tropicalismo como representação social: variações e ancoragens*. Comunicação no 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa.

Zárate, M. A., Garcia, B., Garza, A. A. & Hitlan, R. T. (2004). Cultural threat and perceived realistic group conflict as dual predictors of prejudice. *Journal of experimental social psychology*, 40, 99-105. DOI:10.1016/S0022-1031(03)00067-2.